



**Renata Luciane Polsaque Young Blood
(Organizadora)**

Ciências Sociais e Direito 3

Atena
Editora
Ano 2019

Renata Luciane Polsaque Young Blood
(Organizadora)

Ciências Sociais e Direito 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais e direito 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Renata Luciane Polsaque Young Blood. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais e Direito; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-264-7 DOI 10.22533/at.ed.647191604 1. Ciência sociais. 2. Direito. 3. Sociologia. I. Blood, Renata Luciane Polsaque Young. CDD 307
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As Ciências Sociais reúnem campos de conhecimento com foco nos aspectos sociais das diversas realidades humanas. Entre eles pode-se citar o Direito, a Economia, a Administração e o Serviço Social. A partir da abordagem transdisciplinar destes conhecimentos, é possível estimular uma nova compreensão da realidade por meio da articulação de elementos que perpassam entre, além e através de temas comuns, numa busca de compreensão de fenômenos complexos, como as necessidades da sociedade e o viver em sociedade.

A Coletânea Nacional “Ciências Sociais e Direito” é um e-book composto por 21 artigos científicos que abordam assuntos atuais com a perspectiva transdisciplinar, como: os métodos auto compositivos como novos caminhos de acesso à justiça e a tutela provisória de urgência como proteção de direitos no novo código de processo civil, a ocupação dos espaços públicos como forma de perpetuação do poder local e a legalização de ocupações e seus impactos ambientais, as discussões sobre os modelos econômicos e suas relações com o desenvolvimento social e o acesso à justiça, as causas/consequências do fenômeno migratório e a ressignificação de Direitos Humanos, e a globalização como característica fundante da Modernidade, entre outros.

Mediante a importância, necessidade de atualização e de acesso a informações de qualidade, os artigos elencados neste e-book contribuirão efetivamente para disseminação do conhecimento a respeito das diversas áreas das Ciências Sociais e do Direito, proporcionando uma visão ampla sobre estas áreas de conhecimento.

Desejo a todos uma excelente leitura!

Prof. Ms. Renata Luciane Polsaque Young Blood

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL - AS CAUSAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO E A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DOS ATOS E PROCEDIMENTOS ANTES OU DURANTE O PROCESSO	
Michael Martins de Paulo Marcelo Negri Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6471916041	
CAPÍTULO 2	17
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Sandro Marcos Godoy Luís Eduardo Ribeiro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.6471916042	
CAPÍTULO 3	33
SUBSÍDIOS PARA APRIMORAMENTO DA SESSÃO AUTOCOMPOSTIVA À LUZ DA MODERNA TEORIA DO CONFLITO	
Ana Priscila Coelho Marinho Silva, Ingrid Viana Mota, Katiane América Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6471916043	
CAPÍTULO 4	45
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS MEDIADORES JUDICIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REGULAMENTAÇÃO LEGAL E PERSPECTIVAS EMPÍRICAS A PARTIR DO CAMPO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS	
Joaquim Leonel de Rezende Alvim Thais Borzino Cordeiro Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6471916044	
CAPÍTULO 5	62
ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 2.101/11	
Juliana Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6471916045	
CAPÍTULO 6	69
OS RISCOS DA JUDICIALIZAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA	
Érica Valente Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6471916046	
CAPÍTULO 7	77
O DIREITO À CIDADE E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS POR POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM MACAPÁ/AP	
Bruno de Oliveira Rodrigues Tayra Fonseca Rezende Jamille Del Castillo Souza Lana Thayane Reis da Costa Paula Carolina Gaião da Silva Thaís Fernandes da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.6471916047	

CAPÍTULO 8	101
BIO(NECRO)POLÍTICA NAS ÁREAS DE RESSACAS EM MACAPÁ/AP: DESENHANDO IDENTIDADES DOMESTICADAS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PODER	
Bruno de Oliveira Rodrigues Wilson Madeira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6471916048	
CAPÍTULO 9	112
A INVASÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À INDENIZAÇÃO	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
DOI 10.22533/at.ed.6471916049	
CAPÍTULO 10	119
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES	
Vitor Hugo Nunes Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.64719160410	
CAPÍTULO 11	132
UMA ANÁLISE SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICO-ECONÔMICOS DA NOVA LEI DAS ESTATAIS: A LEI Nº 13.303/2016 E SEU PAPEL NA REGULAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	
Carlos Leonardo Loureiro Cardoso Maria Angelica Martins Gomes da Silva Patricia Ferreira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.64719160411	
CAPÍTULO 12	145
UMA REFLEXÃO FILOSÓFICO-ECONÔMICO DE ADAM SMITH: DESMITIFICANDO O SISTEMA MERCADOLÓGICO COMO PROMOTOR DE DESIGUALDADE SOCIAL	
Ernane Washington Pereira Léo	
DOI 10.22533/at.ed.64719160412	
CAPÍTULO 13	158
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO EMPRESARIAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL: DO SURGIMENTO AO MODELO ATUAL GT 1 - EMPRESA, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA	
Bruno Henrique Martins Pirolo Devanir Bruniera Junior	
DOI 10.22533/at.ed.64719160413	
CAPÍTULO 14	163
AS EMPRESAS ESTATAIS COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA	
Clayton Rodrigues Sandra Cristina da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.64719160414	
CAPÍTULO 15	168
AS INCONGRUÊNCIAS DO GOVERNO BRASILEIRO NA EFETIVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS E A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Ana Íris Morais Pessoa Daniel Oliveira Gomes Léa Aragão Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.64719160415	

CAPÍTULO 16	179
INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PROCESSO DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NO BRASIL	
Lásaro Arsênio de Paula Aragão Neto	
DOI 10.22533/at.ed.64719160416	
CAPÍTULO 17	187
DIREITO E DESENVOLVIMENTO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS AO ACESSO À JUSTIÇA	
Antônio Pereira Gaio Júnior	
Ana Carmem de Oliveira Reis	
Larissa Toledo Costa	
Marinea Cruz	
Maristela Cabral de Freitas Guimarães	
Thaís Miranda de Oliveira	
William Albuquerque Filho	
DOI 10.22533/at.ed.64719160417	
CAPÍTULO 18	202
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO REFÚGIO E MIGRAÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS E OFERTAS CONCRETAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	
Henrique Rezende Untem	
Sofia Urt Frigo	
Luciane Pinho de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.64719160418	
CAPÍTULO 19	213
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	
Ricardo Vianna Hoffmann	
Janaina Rosa	
Ana Carolina Baran	
Micaela Babinetti	
Victor Hugo Souza	
DOI 10.22533/at.ed.64719160419	
CAPÍTULO 20	216
DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL: O MODELO AGONÍSTICO DE CHANTAL MOUFFE	
Antonio Kevan Brandão Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.64719160420	
CAPÍTULO 21	228
DITADURAS HAITIANAS NO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E DIREITOS HUMANOS	
Loudmia Amicia Pierre-Louis	
Evens Pierre	
DOI 10.22533/at.ed.64719160421	
SOBRE A ORGANIZADORA	237

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO REFÚGIO E MIGRAÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS E OFERTAS CONCRETAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

Henrique Rezende Untem

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Sofia Urt Frigo

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Luciane Pinho de Almeida

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul

RESUMO: Diante dos diversos conflitos políticos e religiosos acontecendo em todas as partes do mundo, juntamente à crise financeira global, muitas pessoas buscam melhores condições de vida em outros países, quer seja voluntária e involuntariamente. Somente em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, há 4.500 cadastrados. Essa população necessita das garantias de acesso à educação e trabalho para terem condições dignas de existência; a educação é entendida como um meio enriquecedor e facilitador para a conquista de condições adequadas de subsistência, legalmente todos devem ter acesso à educação, inclusive os migrantes e refugiados. Este trabalho objetivou compreender como se dá a oferta de educação profissional para a população migrante e refugiada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Por meio do método qualitativo e das

técnicas de análise documental e bibliográfica, verificamos a existência de poucas pesquisas acadêmicas, conforme busca realizada na base de dados BVS-psi e Scielo, e a existência de 273 amparos legais voltados aos refugiados, imigrantes e estrangeiros no Brasil, que incluem leis, artigos, tratados, acordo e etc. Através de uma entrevista semi estruturada feita com o CERMA-MS, a instituição afirma que pouco se conhece a respeito deste público. Dentre os cursos de capacitação que encontramos, nota-se mais os cursos de língua portuguesa oferecidos por universidades, sendo estes divulgados na imprensa local. A pesquisa realizada com este trabalho não esgota a temática, apenas reforça a necessidade de mais atenção aos imigrantes não apenas sendo foco de pesquisas acadêmicas, mas, também, para um olhar mais sensível dos governantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Trabalho; Estrangeiros.

ABSTRACT: Behind of the various political and religious conflicts taking place in all parts of the world, together with the global financial crisis, many people seek better living conditions in other countries, whether voluntarily and involuntarily. Only in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, there are 4,500 registered. This population needs the guarantees of access to education and work to have decent living conditions; education

is understood as an enriching and facilitating means for the achievement of adequate subsistence conditions, hightfully everyone must have access to education, including migrants and refugees. This study aimed to understand how the provision of vocational education for migrant and refugee population in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Through the qualitative method and techniques of documentary and bibliographic analysis, we verified the existence of few academic researches, according to the search carried out in the BVS-psi and Scielo database, and the existence of 273 legal suport aimed at refugees, immigrants and foreigners in Brazil, which include laws, articles, treaties, agreement and etc. Through a semi-structured interview with CERMA-MS, the institution states that little is known about this public. Among the training courses that we found, we can also notice the Portuguese language courses offered by universities, which are disclosed in the local press. The research carried out with this work does not exhaust the theme, only reinforces the need for more attention to immigrants not only being the focus of academic research, but also for a more sensitive look of the rulers.

KEYWORDS: Education; Work; Foreigners.

1 | INTRODUÇÃO

Com os diversos conflitos políticos e religiosos acontecendo em diversas partes do globo, juntamente com a crise financeira mundial, muitas pessoas buscam uma melhor condição de vida em outros países. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2016) o Brasil apresentou um aumento de 2.868% entre 2010 e 2015 para as solicitações de refúgio, sendo que a maioria dos solicitantes de refúgio vem da África, Ásia e o Caribe.

Chamamos atenção ao fato de que o estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai, permitindo, assim, uma maior facilidade de entrada de refugiados e migrantes no Brasil, por esse estado. Segundo Souza e Almeida (2017) as principais cidades de Mato Grosso do Sul, que são porta de entrada para essa população, são Corumbá (fronteira fluvial com a Bolívia) e Ponta Porã (fronteira seca com o Paraguai).

Segundo dados da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de Mato Grosso do Sul (SEDHAST, 2016), Campo Grande conta com 4.500 estrangeiros cadastrados, todavia sabe-se que este número representa uma parte destes dados, os que se encontram em situação regular, ou seja, documentados com visto de permanência no país, de forma que estes números não registram os muitos migrantes e refugiados que vivem de forma irregular na cidade.

Posto isto, podemos observar que há um grande contingente de migrantes na cidade de Campo Grande, que necessitam de trabalho, para garantirem condições de se manterem e sobreviverem dignamente.

Por sua vez, a educação é entendida como um meio enriquecedor e facilitador para a conquista de condições adequadas de subsistência, é garantido por lei que

todos tenham acesso à educação, inclusive os migrantes e refugiados.

A Constituição Brasileira, art. 203, garante a prestação de assistência social “a quem dela precisar”, tendo como um de seus objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho (inciso III). Por sua vez, a Lei 9.474/97 (art. 43 e 44) destaca a necessidade de tratamento e consideração especial: simplificação das exigências na apresentação de documentos do país de origem; facilitação no reconhecimento de certificados e diplomas e flexibilidade para o ingresso em instituições acadêmicas, uma vez que a situação vivenciada pelos refugiados lhes é particularmente desfavorável (BRASIL, 2006).

Como exemplo podemos citar algumas ofertas de qualificação profissional voltadas a essas populações, como as que vem ocorrendo em alguns Institutos Federais. Segundo o Ministério da Educação (2012), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da região Norte (AM, AC), desde 2011, estão oferecendo formação aos imigrantes haitianos que têm ingressado no Brasil. Nos programas ofertados, os participantes têm aulas de língua portuguesa, aspectos culturais, dentre outros temas, e a formação técnica profissional para produção e geração de renda.

Atualmente, podemos considerar que há poucas informações sobre os migrantes e refugiados no Brasil. As políticas públicas andam em marcha lenta para atenção devida a este público. No município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, não foi localizado o conhecimento sistematizado de como estas pessoas estão sendo escolarizadas, ou recebendo qualificação profissional.

Diante do exposto, no presente trabalho, trazemos resultados finais de nossa pesquisa de iniciação científica na qual questionamos a existência e de que forma se efetivam ações de qualificação e requalificação profissional voltadas aos migrantes e refugiados, para a recolocação no mundo do trabalho, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Tivemos por objetivo compreender como é efetivada a oferta de educação profissional para a população de migrantes e refugiados nesse município e, especificamente, verificar as políticas públicas de educação e trabalho para migrantes e refugiados no Brasil e em Mato Grosso do Sul, a oferta de qualificação profissional voltada a migrantes e refugiados no município de Campo Grande e compreender as exigências do capital demandada dos trabalhadores em um contexto mais amplo.

Esta pesquisa fez parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ciclo 2017-2018, realizada ao longo deste ano, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco.

2 | MIGRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Fontoura e Almeida (2016), a mobilidade humana é um fenômeno histórico em nossa sociedade e tem obtido maior visibilidade na atualidade em decorrência da intensidade da migração internacional forçada ou voluntária, que

atingem todas as partes do mundo, pelas mais diversas situações, não sendo então, necessariamente, em razão dos processos de exclusão ou violência.

As autoras chamam atenção ao fato de somente na América Latina e Caribe, em 2015, haviam 9 milhões de migrantes, sendo o Brasil o país destino que ocupa posição de destaque como território de recepção de milhares de pessoas. Diante de tal contingente, são necessárias políticas públicas que atendam não somente os nacionais, mas, também, aqueles que voluntária ou forçadamente passam a ter nosso país como morada, a fim de que sejam garantidos os direitos humanos de moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho, dentre outros, e tenham uma vida digna. Assim como:

Em tempos de crise de trabalho, os migrantes e refugiados são rejeitados e discriminados, considerados supérfluos para o processo de valorização. Ouvimos todo o tempo ampliar as situações de controle dos movimentos migratórios. Apesar disto, muitos ainda continuam a se deslocar para os centros capitalistas que provocam sua miséria, sem a garantia de serem por eles integrados. (OLIVEIRA, 2011, p. 37)

No que se refere à garantia do acesso à educação e trabalho aos migrantes e refugiados residentes em nosso país, devem ser efetivas as políticas públicas de educação, pois essa é entendida como um fator que possibilita a formação para o trabalho, e por conseguinte a inclusão no sistema produtivo, todavia o acesso a ela, por parte deste público, é dificultado.

[...] dificuldades específicas na educação de estrangeiros no Brasil: demora na revalidação de documentos escolares; desinformação e preconceito das instituições de ensino para realizar a matrícula e publicar diplomas de conclusão de curso; dificuldades das instituições de ensino para integrar o aluno estrangeiro em uma série compatível com seu nível educacional; falta de planejamento pedagógico para permitir ao aluno estrangeiro aprender a língua portuguesa e acompanhar os conteúdos curriculares brasileiros. (OLIVEIRA, 2011, p. 54)

Contudo, importante considerarmos os aspectos contraditórios da própria função da Educação, que deveria ter por objetivo primeiro a formação integral do homem, em seus aspectos mentais, físicos, afetivos, estéticos e lúdicos, mas que está, também, a serviço da reprodução do capital, que, por sua vez, mercantiliza o homem, bem como toda a sua existência.

Segundo Frigotto (2003), a educação, em nosso país, foi reduzida pelo economicismo, nas décadas de 60 e 70, a um simples fator de produção - o “capital humano”. Sendo assim, passou a ser definida como uma técnica de preparação de mão de obra para a produção. A educação, como um fator econômico, constitui-se em um fetiche que, independente das relações de força e classes, possibilita a equalização social, econômica e política entre os membros de uma sociedade e entre nações.

Nesse sentido, para a manutenção do vínculo do indivíduo com a lógica do lucro, aos que estão de fora (formalmente não empregados), são utilizadas as “agências de qualificação profissional”, que passaram a preparar os trabalhadores empregados/desempregados para se tornarem empreendedores e darem cabo à sua

autoconservação, mas principalmente para que permaneçam no mercado consumidor (PEDROSA, 2003).

Podemos considerar que os Institutos Federais, Escolas Técnicas estaduais, Sistema S, dentre outras instituições que ofertam capacitação profissional, cumprem o papel dessas agências, ao manter o vínculo com o capital e com as relações de produção. Assim, as pessoas das camadas populares têm a oportunidade de serem qualificadas tecnicamente, para atender às exigências de mercado.

Contudo, sabemos que sob o modo de produção capitalista, é necessário que exista um contingente cada vez maior de pessoas sem emprego, o chamado “exército de reserva”, a fim de que o capital possa realizar seus mandos e desmandos em detrimento dos trabalhadores.

Assim, as agências de qualificação profissional, muitas vezes podem funcionar a serviço do capital como locais que, além de ser lócus por excelência de oferecer ao trabalhador capacitação contínua para que ele adquira as competências e habilidades requeridas em cada momento histórico do capitalismo, tem também a função de manter o exército de reserva sob a esperança de reinserção no mercado mediante os processos de qualificação e requalificação ofertados.

Entretanto, não desconsideramos a importância da qualificação e requalificação profissional, pois também é via para oportunizar às pessoas a melhor operacionalização no mundo do trabalho, para atendimento de suas múltiplas necessidades de existência. Sobretudo aos migrantes e refugiados, que necessitam se reinventar, apropriar e integrar à nova cultura do país de destino, e à nova língua, para atendimento das necessidades básicas humanas de sociabilização, alimentação, moradia, saúde e lazer.

O deslocamento voluntário e involuntário de pessoas pelo mundo torna-se intensificado no século XXI, que é marcado, por um lado, por grandes impulsos das forças produtivas, e, também, por grandes crises econômicas, nas recorrentes recessões. O cenário brasileiro não foge disto, ainda que tenha sido afetado em tempo e forma diferentes dos demais países.

Desde 2010, como reflexo tanto da crise internacional como da desaceleração dos investimentos, a produção e o emprego industriais desaceleraram significativamente, sendo os principais responsáveis pelo fraco desempenho do PIB desde então. Tal cenário aponta para uma perspectiva preocupante para o futuro desempenho da economia e, por conseguinte, do mercado de trabalho [...] (MATTOS, 2015, p. 70)

O mercado de trabalho se encontra extremamente acirrado, e para selecionar os trabalhadores necessários e desejáveis, uma vez que não há espaço para todos no sistema produtivo, cada vez mais se exige uma melhor formação. Se a população brasileira já sofre as consequências desse processo, ainda que possamos considerar que tenha acesso a diversificadas ofertas de qualificação profissional, acreditamos que a inserção no mercado torna-se complexa para a população de refugiados e migrantes.

Várias pesquisas apontam que a construção civil e atividades agropecuárias são as líderes empregatícias desta população. Ainda vale ressaltar que muitos acabam se envolvendo em atividades ilícitas.

Outra atividade muito comum entre os imigrantes angolanos é a mukunza, pouco praticada pelos recém-chegados. Os jovens angolanos só podem realizá-la, quando intercalada com o trabalho pesado na construção civil. Diversos são os motivos: a representação da “mukunza” (suspeita de relação com o tráfico de drogas pela sociedade de acolhida, dificuldade dos jovens angolanos em encarar como trabalho uma atividade que não exige cumprimentos de horários, deslocamento diário e pela qual não se recebe pagamento de salário), os riscos de insucesso da atividade (desvios dos produtos em Luanda, dificuldades com as vendas da mercadoria, falhas no envio do dinheiro pelos “parceiros do negócio”) e a carência de recursos financeiros para realizá-las. (OLIVEIRA, 2011, p. 62-3)

Dados publicados por CAVALCANTI et al. (2017) mostram que o número de autorização de trabalho, formal, emitido pelo Ministério do Trabalho é infimamente inferior ao contingente de pessoas que todos os anos chegam buscando aqui no Brasil reconstruir sua história de vida.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Para ser estabelecida a metodologia de uma pesquisa, importante destacar que, conforme Silva, Francelino e Almeida (2016), o objeto e o problema de pesquisa estão relacionados com o método da investigação, bem como, com referencial teórico. Sendo assim, segundo a discussão realizada por essas autoras, suscita-nos a análise criteriosa da escolha do método da investigação, uma vez que ele é indispensável na constituição do processo de construção do conhecimento.

Para consecução desta pesquisa que fez parte de um ciclo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tivemos por fundamentação teórica e metodológica o materialismo histórico dialético, da Teoria Sócio-Histórica. O materialismo dialético tem por pressuposto que a base de desenvolvimento do mundo é objetiva e real, a natureza é material e a consciência e as ideias são reflexos do mundo, constituídas com base nessa materialidade. A relação entre sujeito e objeto não é direta, necessitando de mediações para o estabelecimento das conexões entre os fatos objetivos e conteúdos subjetivos, que por sua vez vão constituir o psiquismo humano (SILVA; FRANCELINO; ALMEIDA, 2016).

Dessa forma foram utilizadas as técnicas de pesquisa da análise documental e bibliográfica, para compreensão da história e materialidade do que vem sendo posto e construído acerca das políticas de educação e trabalho a migrantes refugiados, bem como sua efetivação nas ofertas concretas.

Também tivemos como fonte projetos de leis, decretos, afeitos às políticas de educação e trabalho voltadas aos migrantes e refugiados. E foram analisadas as publicações em sites institucionais dos referidos ministérios, bem como das Secretarias de Educação e Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Campo

Grande.

Para uma complementação de dados, fizemos coletas de informações por meio de uma entrevista estruturada junto a representantes do CERMA do estado de Mato Grosso do Sul.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para consecução de um dos objetivos de nossa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre trabalhos já publicados sobre a temática. Para isto, foram utilizadas duas bases de pesquisa: Scielo e BVS-psi. Na primeira, utilizando-se as palavras-chave ‘educação, trabalho e estrangeiro’ foram encontrados 7 artigos. Todavia, devido a amplitude das palavras nenhum dos artigos encontrados foram considerados de grande relevância para a pesquisa, já que os mesmos retratam diversos tipos de fluxos migratório entre regiões do próprio país, sendo que o foco desta pesquisa é retratar o migrante e refugiado advindos de outros países.

Na base BVS-psi, ao utilizar as mesmas palavras-chave, foram obtidos 14 trabalhos. Foi possível identificar que grande parte destes trabalhos tratam sobre o fluxo de trabalhadores de canaviais que se deslocam muitas vezes da região nordeste para a região sudeste do país, que os autores os intitulam de ‘estrangeiros’, em um sentido conotativo, ou então, referentes ao processo migratório do campo para a cidade e o fluxo de estudantes e trabalhadores deixando suas cidades (pequenas) em direção a grandes centros, onde esperam encontrar melhores oportunidades de trabalho e estudo.

Um dos trabalhos encontrados na BVS-psi, uma dissertação de mestrado da autora Tânia Biazioli de Oliveira, intitulada: ‘O esquecimento do passado por refugiados africanos’, chamou-nos atenção, uma vez que muito se aproxima dos objetivos desta pesquisa. O trabalho em questão relata os traumas que os africanos viveram em seus países de origem e preferem esquecer estas emoções que muitas vezes são negativas. A autora ainda trás em sua dissertação uma discussão muito forte da relação entre trabalho e qualificação profissional, segundo a pesquisa esses imigrantes e refugiados acabam passando por um processo de desqualificação profissional.

No que se refere ao cumprimento de outro objetivo específico da pesquisa – verificar as políticas públicas de educação e trabalho para migrantes e refugiados no Brasil, elaboradas para cumprimento dos dispositivos legais - decretos e leis e portarias interministeriais, foi localizada uma compilação de toda a legislação existente no Relatório Anual 2017 da Obmigra, organização que busca dar visibilidade às instituições que fazem o trabalho de acolhida e orientação a migrantes e refugiados.

Segundo o Relatório, atualmente existem 273 amparos legais voltados aos refugiados, imigrantes e estrangeiros no Brasil, que incluem leis, artigos, tratados, acordo e etc. Cujas execução e efetivação fica a cargo dos governos federal, estaduais

e municipais, por meio de suas secretarias e órgãos e instituições.

No que se refere ao governo do Mato Grosso do Sul, a SEDHAST possui a competência em efetivar políticas, programas e ações para garantir que esses direitos sejam executáveis a esta população vulnerável no âmbito do estado. Para tal, instituiu, em setembro de 2016, o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul - CERMA/MS, que tem por objetivo:

“[...] oferecer orientação e capacitação aos agentes públicos sobre os direitos e os deveres dos solicitantes de refúgio, dos refugiados, migrantes e dos apátridas; promover ações e coordenar iniciativas de atenção e de defesa, com objetivo de garantir a inserção dessas pessoas nas políticas públicas, a fim de assisti-los.” (SEDHAST, 2016).

E cuja composição contempla membros representantes dos seguintes órgãos governamentais do estado de Mato Grosso do Sul: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast); Assembleia Legislativa; Secretaria de Estado de Educação (SED); Secretaria de Estado de Saúde (SES); Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp); Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte); Ministério Público do Trabalho (MPT-MS); Ministério Público Estadual (MPE-MS); Departamento de Polícia Federal (DPF); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Defensoria Pública da União (DPU); além de representantes de organizações não governamentais, voltadas às atividades de assistência e ou de proteção a refugiados, migrantes e apátridas no Estado.

Posto isto, organizamos e realizamos uma entrevista semi-estruturada com representantes do CERMA, para buscar entender se há políticas de requalificação e qualificação profissional a este público e ofertas concretas de cursos e ações de capacitação. Em resposta, afirmaram que pouco, ainda, se conhece a respeito deste público, em questão de número, sexo, idade, nacionalidade e escolaridade, reafirmando os pressupostos de outros trabalhos já publicados.

O Comitê afirma ainda que não oferece diretamente nenhum curso de qualificação e requalificação profissional aos imigrantes e refugiados, todavia mantém parcerias com universidades públicas do estado para que estas ofereçam o curso de língua portuguesa especificamente para estas pessoas.

Na entrevista, os representantes não mencionaram nenhuma outra instituição que ofereça algum curso técnico, como por exemplo como descreve Oliveira (2011) em seu trabalho, que instituições como o SENAI, SENAC e SESI ofertam cursos que suprem a necessidade de qualificação profissional dos refugiados e imigrantes. Nos questionamos o motivo pelo qual estas mesmas instituições, presentes no município de Campo Grande, também não ofertam esta qualificação.

Também foram localizados materiais divulgados em meios de comunicação locais que retratam a relação educação e trabalho destinado para este público, como por exemplo a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que oferta aulas de

português para refugiados e imigrantes, matéria publicada por SOUZA (2017) em um jornal eletrônico, reafirmando a política proposta pelo CERMA-MS.

Ainda foi identificado um edital de ingresso na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que contempla uma forma específica a migrantes e refugiados, contudo traz a exigência de apresentação de nota do Exame Nacional do Ensino Médio, e questionamos se essa população consegue ter acesso à realização desse exame, além de efetivamente terem o conhecimento desse dispositivo de entrada na universidade.

5 | CONCLUSÕES

As pessoas em deslocamento acabam integrando o exército de reserva, pois a elas são potencializadas as dificuldades de inserção e reinserção no mercado de trabalho, dados os contextos específicos da migração e refúgio. Barreiras culturais, linguísticas, preconceitos, condições precárias de subsistência são exemplos dos potencializadores.

Os resultados finais da presente pesquisa indicam que as políticas públicas de educação devem pensar estratégias de oferta de trabalho e qualificação profissional voltadas a migrantes e refugiados, no Brasil, principalmente, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, locus de nossa investigação, dada a localização geográfica de grande extensão de fronteira com outros países da América Latina, sendo passagem e destino final de muitos migrantes e refugiados.

Foram localizados poucos trabalhos que versam sobre tema nas principais bases de dados científicas. E nos levantamentos locais, poucas ofertas efetivas de qualificação destinadas a esse público. Contudo, outros levantamentos devem ser realizados a fim de complementar as informações e/ou ratificar a ausência delas.

Acreditamos que o modo como essas pessoas são vistas pela sociedade, em muitas partes do mundo e, também no Brasil, é incoerente para um mundo que se considera 'evoluído', não sendo aceitável que exista uma desigualdade tão abissal entre os seres humanos, afinal somos todos humanos, independente de raça, cor, crédulo e, sobretudo, nacionalidades.

Visto que a demanda pela venda de sua força de trabalho é algo necessária, principalmente para quem chega a uma outra localidade desprovido de recursos materiais e busca ali reconstruir sua vida, a educação e trabalho, juntamente, com formas de (re)qualificação profissional pretende oportunizar uma concorrência igualitária na inserção ou reinserção no mercado/mundo do trabalho. Ainda que os 'estrangeiros' acabem ocupando posições nos serviços menos qualificados, sendo que poderiam ocupar (e/ou ocupavam em seu país de origem) outros espaços no sistema produtivo.

Assim, a essa população faz se necessária a atenção do poder público e do direcionamento de formas específicas de qualificação, efetivação das políticas de inclusão no trabalho e educação, embora saibamos que não há e não haverá espaço

para todos no mercado de trabalho, sob atual forma de constituição da nossa sociedade.

Espera-se que sejam coletados e reunidos os dados sobre as políticas públicas de educação e trabalho, bem como sobre a oferta de qualificação profissional, voltadas a migrantes e refugiados, conforme os objetivos propostos. Espera-se, também, que este trabalho possa chegar a conhecimento do poder público e outros, a fim de subsidiar o planejamento e a execução de ações mais efetivas, para essa população.

Os resultados alcançados com este trabalho não esgotam a temática, apenas reforçam a necessidade de mais atenção aos imigrantes não apenas sendo foco de pesquisas acadêmicas, mas, também, para um olhar mais sensível dos governantes. Acrescentamos ainda que outras possíveis futuras pesquisas possam resultar em outros resultados, além dos que encontramos, quantos as políticas públicas e produção acadêmica sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Dados sobre refúgio no Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

BEZERRA, F.S.; ALMEDA, Luciane P. Refúgio e trabalho no Brasil: desafios de inclusão em um mercado precarizado. In: IV Congresso Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão Saberes em Ação, 2017, Campo Grande. Anais eletrônicos do IV Congresso Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão Saberes em Ação. Campo Grande: Editora UCDB, 2016. Disponível em: <<http://anais.saberesemacao.ucdb.br/edicoes/2017/direitos-humanos-etica-e-justica.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; ARAUJO, D.; TONHATI, T. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Observatório das migrações nacionais; Ministério do Trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

FONTOURA, F. A. P.; ALMEIDA, L. P. Políticas Públicas e migrações no Brasil: a proteção à saúde do migrante. In: ALMEIDA, P. A. (Org.). Políticas Públicas, Cultura & Produções Sociais. 1 ed. Campo Grande: 2016, v. 1, p. 246-267.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). Refugiados e Políticas Públicas: pela solidariedade, contra a exploração, out. 2006. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/154-refugiados-e-politicas-publicas-pela-solidariedade-contra-a-exploracao>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

MATTOS, F. A. M. de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. Estudos avançados, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 69-85, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300006>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Institutos federais oferecem formação a imigrante haitiano, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/17525-institutos-federais-oferecem-formacao-a-imigrante-haitiano>>. Acesso em: 17 de mai. 2017.

OLIVEIRA, R. R. Uma metodologia para avaliação do grau de satisfação de qualidade de vida no trabalho dos professores da educação básica, técnica e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Santa Bárbara d'Oeste, 2012.

OLIVEIRA, T. B. de. O esquecimento do passado por refugiados africanos. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

PEDROSA, J. G. Trabalho e educação no capitalismo tardio: crítica do trabalho hipostasiado. 2003. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS (SEDHAST). Decretos instituem o Comitê Estadual para Refugiados e Centro de Atendimento em Direitos Humanos, set. 2016. Disponível em: <<http://www.sedhast.ms.gov.br/decretos-instituem-o-comite-estadual-para-refugiados-e-o-centro-de-atendimento-em-direitos-humanos/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SILVA, A. M. V. FRANCELLINO, S. M. R. L. ALMEIDA, L. P. Pesquisa na Abordagem Sócio-Histórica: uma Breve Reflexão. In: ALMEIDA, L. P. (Org.). Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais. 1ed. Campo Grande: Editora, 2016, v. 1, p. 71-86.

SOUZA, P. N. de. Refugiados e imigrantes terão curso de português na Uems em Campo Grande. Campo Grande News, 01 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/refugiados-e-imigrantes-terao-curso-de-portugues-na-uems-em-campo-grande>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

RENATA LUCIANE POLSAQUE YOUNG BLOOD docente do Centro Universitários Santa Amélia Ltda (UniSecal) na Cidade de Ponta Grossa-PR. Coordenadora do Curso de Direito da UniSecal. Coordenadora de grupo de pesquisa da linha Justiça Restaurativa do Curso de Direito da UniSecal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior de Administração e Economia e Mercosul/Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV). Mestre e doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual em Ponta Grossa (UEPG). Facilitadora e Capacitadora da Metodologia da Justiça Restaurativa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Advogada nas áreas cível e família, com experiência na aplicação das metodologias consensuais de resolução de conflito: Conciliação, Mediação e Justiça Restaurativa.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-264-7

